

## O Pragmatismo Responsável e a Denúncia do Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA

Edson José Perosa Júnior

Resumo: Nesse trabalho abordarei a denúncia do acordo de cooperação militar entre o Brasil e os EUA, firmado em 1952, e denunciado em 1977. Isso será efetuado pela revisão da bibliografia que aborda o tema. Geisel tomou posse em março de 1974 com um projeto de distensão do regime, por isso mesmo é um governo que adota um posicionamento oscilatório, isto é, em momentos assume uma postura mais truculenta e em outros uma posição mais branda, pois tinha que lidar tanto com a linha dura quanto com a oposição ao regime, a Política Externa de seu governo foi encabeçada pelo chanceler Azeredo da Silveira. Segundo Matias Spektor, o chanceler acreditava que mesmo com o sistema mundial dominado pelos países mais ricos e desenvolvidos, o Brasil poderia galgar, por meio de negociações, uma posição melhor dentro desse sistema. O Pragmatismo Responsável (como ficou conhecida a Política Externa do governo Geisel) significava que o Brasil não deveria se alinhar automaticamente com os EUA e precisaria buscar os seus interesses no cenário mundial com base em suas necessidades desenvolvimentistas. O acordo nuclear com a RFA é lapidar nesse sentido, pois os EUA (principalmente durante a presidência de Jimmy Carter) foram contra esse acordo, pois argumentavam que o Brasil desejava desenvolver armamentos nucleares. Com posse de Jimmy Carter como presidente dos EUA, em 1977, as relações Brasil-EUA sofreram forte abalo. Priorizando o respeito pelos Direitos Humanos e a não proliferação de armas nucleares, o governo Carter pressionou o Brasil e a RFA para que mudassem as cláusulas do Acordo Nuclear e submeteu a ajuda militar ao Brasil a uma avaliação da situação dos Direitos Humanos no país. Essa postura fez com que, em março de 1977, o Presidente Geisel denunciasse o acordo de cooperação militar com os EUA, em vigor desde 1952. A adoção da medida levou ao esfriamento da relação entre os dois países. Analisando o “Jornal do Brasil” e o jornal “Folha de S. Paulo”, além da documentação depositada no CPDOC, objetivamos compreender os motivos da denúncia daquele acordo e o seu impacto na opinião pública brasileira. A revisão da literatura especializada, leva-nos a concluir que, certamente a denúncia foi impactante no sentido em que a ditadura civil-militar era vista por boa parte da oposição legal ou não como sendo submissa aos interesses dos EUA e que naquele momento se mostrava contrária à postura dos Estados Unidos. Já em termos militares, como Sonny Davis atesta, seu impacto foi bem menor, pois o Brasil já produzia boa parte de seu armamento militar e o armamento que vinha daquele acordo era – como o próprio Geisel afirmou – defasado tecnologicamente. Ainda assim o Brasil não cortou relações com os EUA e continuava aliado dos EUA na conjuntura da Guerra Fria, ainda que as relações entre os dois países tenham passada por um momento de tensão e distanciamento.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Jimmy Carter, Azeredo da Silveira, Guerra Fria, Política Externa.

## Introdução

Na madrugada do dia 31 de março de 1964 para o dia 1 de abril, os militares desfecharam o golpe que depôs o Presidente Goulart. A partir daquele dia o Brasil entraria em um período de 21 anos de ditadura civil-militar. As presidências de Costa e Silva e Emílio Médici foram marcadas pela dura repressão aos *subversivos* (partidos e organizações de esquerda em geral) e pelo milagre econômico, em que o Brasil cresceu em ritmo acelerado. O general Ernesto Geisel foi o quarto general-presidente, assumiu a presidência em março 1974 em um contexto de desaceleração do crescimento econômico (devido ao primeiro choque do petróleo em 1973) e com um projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, como o próprio Geisel definia. Isso significava que eram os militares que iriam levar a cabo o projeto de democratização do país, ela seria feita quando e como lhes fosse conveniente, isso não significa que não houve resistências ao governo tanto da direita, a linha dura do regime, quando da esquerda mais radical.

A distensão foi um processo gradual em que Geisel teve a prerrogativa de dizer como e quando seria a abertura, assim o presidente era muito mais ditador do que seus antecessores para conseguir manter as rédeas do poder e da abertura, Geisel “queria menos ditadura tornando-se mais ditador” (GASPARI, 2004, p. 35). Ainda assim, devemos lembrar que o governo Médici foi mais truculento que o governo Geisel (basta ver o número de mortos e desaparecidos). Esse projeto de distensão política foi conduzido com sucesso pelo seu governo, se considerarmos que Geisel fez o sucessor que queria (o general João Figueiredo) e acabou com o AI-5 restabelecendo alguns dispositivos do Estado Democrático de Direito. Seu governo teve de lidar também com a linha dura, que era contra o projeto de distensão, nos casos da exoneração do comandante do II Exército General Ednardo D’Ávila Mello, depois das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI de São Paulo e no caso da demissão do Ministro do Exército General Sylvio Frota, um expoente da linha dura e que tentava articular a sua candidatura como Presidente (STUMPF; PEREIRA FILHO, 1979).

O governo Geisel foi marcado por um projeto desenvolvimentista para o país, consubstanciado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Isso levou a divergências entre diferentes setores do governo mais preocupados em combater a inflação que já era alta, mas ainda não havia atingido os índices absurdos dos anos 1980. O Ministro Mario Henrique Simonsen da Fazenda estava particularmente preocupado com o problema da inflação, todavia para Geisel a prioridade deveria ser manter o crescimento econômico mesmo que isso significasse o desequilíbrio no orçamento e o endividamento externo cada vez maior para sustentar o crescimento. (CASTRO; D’ARAUJO, 2002, p. 68). Geisel era inegavelmente um nacionalista e acreditava que o Estado deveria gerenciar o desenvolvimento da nação. Em seu mandato, o governo aumentou sua participação em empresas privadas e fortaleceu a atuação de algumas estatais, essa atitude provocou uma reação no empresariado, que passou a criticar a estatização como um emperro para o desenvolvimento da nação, essa era uma tática que lhes era conveniente, pois não significava uma luta pela democracia:

Foi sob essa mistura de saúde e incerteza que o empresariado nacional se acomodou a uma das mais brilhantes estratégias de sua história. Precisava de uma bandeira que lhe permitisse lutar pela liberdade sem lutar pela democracia, reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo. A palavra mágica foi ‘estatização’. Estava em desuso desde o início dos anos 60, quando fizera parte do vocabulário da propaganda contra João Goulart (GASPARI, 2004, p. 54).

Percebesse assim que o empresariado não estava em perfeita simbiose com o governo e que assumia a postura que lhe era conveniente. À medida que a situação da economia brasileira se tornava mais complicada o discurso em favor de uma menor participação do Estado na economia ganhava mais força entre o empresariado. Percebemos assim como era,

em linhas gerais, a situação interna do governo Geisel, todavia o que nos interessa aqui foi a atuação da Política Externa do governo, dirigida pelo Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

### **A Política Externa: O Pragmatismo Responsável**

O Pragmatismo Responsável, como ficou conhecida a Política Externa do governo Geisel, objetivava alavancar o Brasil a uma melhor posição dentro do mundo ocidental, controlado pelos EUA. Azeredo da Silveira acreditava que o Brasil era um país *insatelitizável*, ou seja, não poderia ser satélite de nenhuma nação mais poderosa, devido ao próprio tamanho e grandeza do Brasil. Dentro desse princípio, o Chanceler esperava que o Brasil pudesse galgar posições dentro do sistema capitalista internacional, pelas próprias brechas que esse sistema oferecia, já que havia clivagens e divergências entre as nações capitalistas desenvolvidas e que poderiam ser exploradas pelo Brasil. Nesse sentido, a Política Externa brasileira deveria ser conduzida, não segundo parâmetros ideológicos, mas estar baseada nas estruturas de seus interesses nacionais (SPEKTOR, 2010, p. 10). Em outras palavras, o Pragmatismo Responsável significava que a Política Externa brasileira não deveria ser a projeção de poder do país, mas a projeção de seus interesses nacionais e internacionais. Isso significa que o Brasil não deveria orientar sua Política Externa por uma ideologia de alinhamento automático com algum país, ao contrário, deveria orientar a Política Externa em prol do desenvolvimento nacional (STUMPF; PEREIRA FILHO, 1979, p. 80).

Essa postura se refletiu em diferentes momentos, como quando o Brasil reconheceu em 1975 a independência e o novo governo de Angola controlado pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), movimento este que era apoiado e patrocinado pela URSS e, principalmente, por Cuba (que chegou mesmo a enviar soldados para o país africano). Esse fato causou mal estar entre os setores da linha dura, pois o Brasil estava reconhecendo o governo angolano apoiado por ditaduras comunistas. A atitude do governo brasileiro se mostrou correta, pois o Brasil tinha interesses econômicos em Angola e o governo de Agostinho Neto do MPLA acabou por se manter no poder, apesar de outros movimentos de libertação apoiados pelos EUA tentarem derrubar seu governo (GASPARI, 2004, p. 155). Outro acontecimento foi o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, a RFA (República Federal da Alemanha), em que o Brasil assinou o maior acordo de transferência de tecnologia nuclear entre um país do Primeiro Mundo e outro do Terceiro Mundo, mas que trataremos mais a frente. Em ambos os casos o Brasil assumiu uma postura que não era a que os EUA esperavam do Brasil, isso demonstra como o Pragmatismo Responsável não ficou apenas no discurso e teve de fato ações concretas.

As relações do Brasil com os EUA sempre foram de primeira importância para o regime civil-militar, já que os EUA eram o principal parceiro comercial e o Brasil dependia dos EUA em diversos setores, como tecnologias e armamentos. Isso não significa, contudo, que as relações entre os dois países fossem perfeitamente harmônicas e isso ficou evidente em vários momentos durante o governo Geisel. Em 1974, quando Geisel assumiu a presidência, os EUA eram governados por Gerald Ford, republicano que assumiu a presidência dos EUA depois da renúncia de Richard Nixon devido ao escândalo de Watergate. Ford em boa medida seguiu a Política Externa de Nixon, tendo como Secretário de Estado Henry Kissinger (HODGE; NOLAN, 2007). O governo Ford evitou atritos com o Brasil na questão dos Direitos Humanos, e que já estavam sendo denunciados abusos e torturas de presos políticos brasileiros desde o final dos anos 1960. Havia assim uma pressão de setores da sociedade estadunidense, apoiados por exilados brasileiros nos EUA, para pressionar o governo estadunidense para que esse, por sua vez, pressionasse o Brasil para que cessassem as torturas e abusos dos Direitos Humanos em geral (GREEN, 2009).

## Os Direitos Humanos e a Pressão da Sociedade Estadunidense contra o Regime Civil-Militar Brasileiro

Em 1964 e nos anos subsequentes ao golpe houve praticamente o consenso em termos de apoio ao golpe militar no Brasil na imprensa, no congresso e no público estadunidense, pois a ação militar foi vista como legítima. Foi de forma gradual que, principalmente, depois de 1968 (devido em grande parte ao AI-5, que iniciou o período mais truculento do regime), é que surge um movimento dentro dos EUA de denúncia dos crimes da ditadura militar brasileira (GREEN, 2009, p. 86). A característica do regime civil-militar brasileiro de cultivar uma aparência de legalidade (com o Congresso e uma oposição legal ao regime) fez com que o regime conseguisse o endosso internacional para suas política e legitimidade, já que aparentava ser moderadamente autoritário. Entretanto, depois de 1968 quando o regime assumiu uma feição mais autoritária essa imagem começou a ruir e o consenso da Guerra Fria que havia nos EUA, bem como seu apoio a essas ditaduras, passou a ser cada vez mais contestado pela própria sociedade estadunidense (GREEN, 2009, p. 99). O ano de 1968 pode ser considerado um marco em que a oposição à ditadura militar brasileira nos EUA e em outros lugares também se tornou mais robusta, isso se deve fundamentalmente, como já foi dito, ao recrudescimento do regime com o AI-5.

Desde 1969, nas conversas do embaixador Charles Elbrick com o Ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto já estava claro que o Congresso estadunidense começava a pressionar para que a ajuda militar dos EUA a países amigos fosse submetida à avaliação da situação da política interna dos países beneficiários dessa ajuda e a preocupação em torno do respeito aos Direitos Humanos já é evidente (GREEN, 2009, p. 154 e 155). O boicote de artistas estadunidenses à bienal de São Paulo em 1969 e 1971 desgastou muito a imagem dos generais brasileiros no exterior, essa foi a primeira manifestação de intelectuais e artistas estadunidenses contra o regime militar brasileiro. Em 1970 o Brasil e a Grécia eram os dois países símbolos de violação dos direitos humanos, muitas revistas e jornais estadunidenses denunciavam a prática de tortura do Brasil (GREEN, 2009, p. 209 e 210). Os militares brasileiros observavam com muita atenção os movimentos e ações dos opositores do regime no exterior e os pesquisadores estrangeiros que aqui estavam, pois a ditadura importava-se muito com sua imagem no exterior (ainda que aparentasse não dar importância), principalmente a imagem que era apresentada e noticiada nos principais jornais estadunidenses, como o *Washington Post* e o *New York Times*:

Não sabemos se o governo Brasileiro explorou o canal sugerido pela embaixada e entrou em contato com o FBI ou outra agência de inteligência do governo norte-americano a fim de obter informações sobre estudiosos que tivessem assinado petições contra a ditadura brasileira. Se a abertura de tal meio de comunicação tiver sido tentada, tampouco sabemos se o FBI cooperou com o esforço. No entanto, a documentação descoberta deixa claro que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil se preocupava com o fato de que os protestos de acadêmicos norte-americanos contribuíssem para a “imagem negativa” do Brasil no exterior. Além disso, como veremos, as forças de segurança interna no Brasil não hesitaram em acompanhar de perto pelo menos alguns estudiosos norte-americanos que faziam pesquisas no país (GREEN, 2009, p. 257).

Certamente esse movimento de oposição à ditadura civil-militar brasileira nos EUA se insere em uma conjuntura maior de contestação a Política Externa dos EUA em geral. Com a guerra do Vietnã e a luta pelos direitos civis, toda a Política Externa dos Estados Unidos passa a ser contestada e, conseqüentemente, a política para com a América Latina e a ajuda econômica e militar que os EUA a ditadura brasileira também passa a ser contestada. Essas questões estavam intimamente ligadas, pois a mentalidade da Guerra Fria, de que os EUA deveriam apoiar qualquer regime que fosse contra o comunismo passa a ser questionada. As campanhas políticas em favor dos presos políticos brasileiros serviriam de base para as campanhas contra a tortura nos regimes militares do cone sul e também lançaram as bases da

política de direitos humanos que o governo Carter adotou no final da década (voltaremos a esse assunto mais adiante) (GREEN, 2009, p. 280). O governo Médici até tentou influenciar alguns jornais estadunidenses a publicarem notícias mais favoráveis ao Brasil, justificando as atitudes do governo brasileiro na repressão de dissidentes em termos de uma guerra interna contras as forças da desordem e do comunismo, considerando os presos políticos como terroristas (GREEN, 2009, p. 302). Mesmo com essas tentativas, a oposição à ditadura civil-militar brasileira migrou dos campi universitários para o Congresso, sendo que o acordo de cooperação militar com o Brasil e o apoio dos EUA à ditadura brasileira passou a ser questionados com maior ênfase (GREEN, 2009, p. 321). Devemos agora voltar nossa atenções para o acordo de cooperação militar entre o Brasil e os EUA.

### **O Acordo de Cooperação Militar com os EUA**

Antes da Segunda Guerra Mundial, e mesmo em seu momento inicial, Vargas flertava com os países do Eixo e os EUA, como forma de conseguir mais concessões de ambos os lados, não se posicionando definitivamente em um dos lados. Todavia com a entrada dos EUA na guerra, em dezembro de 1941, o governo Vargas muda sua postura e vai se inclinndo cada vez mais para o lado estadunidense, até declarar guerra ao Eixo em 1942 e enviar tropas para combater na Itália ao lado dos exércitos aliados em 1944. A partir da Segunda Guerra Mundial os EUA e o Brasil estreitam ainda mais os seus vínculos e estabelecer laços de assistência econômica e militar – que o Brasil tanto necessitava para seu desenvolvimento. A *especialidade* dos laços militares entre Brasil e EUA vai além do final da Segunda Guerra Mundial, ainda que se tenha a impressão ou o senso comum de que essa *especialidade* nas relações entre os dois países acabe com o fim da Segunda Guerra Mundial (DAVIS, 1996).

A Resolução Pittman do Congresso estadunidense permitiu aos EUA venderem armas para a América Latina. Isso ajudou a prevenir que o Brasil se deslocasse para o campo do Eixo (DAVIS, 1996, p. 5). O Brasil não queria estar ligado com nenhum outro país latino-americano na defesa do hemisfério, tinha interesse apenas em um acordo bilateral com os EUA para a própria estratégia de defesa nacional, pois os EUA poderiam fornecer ajuda militar e econômica ao Brasil (DAVIS, 1996, p. 8 e 9). A *relação especial* entre Brasil e EUA perdurou para além do final da Segunda Guerra Mundial, isso significa que o Brasil adentrou o período da Guerra Fria como o principal aliados dos EUA na América Latina (DAVIS, 1996, p. 15). O Brasil necessitava de um aliado que pudesse fornecer material bélico ao país, pois o país não tinha, naquele momento, uma indústria bélica de porte que pudesse armar adequadamente as Forças Armadas brasileiras (FERRAZ, 1997, p. 100).

O nascimento de uma aliança formal entre os EUA e o Brasil se deu com a criação da *Joint Brazil-United States Military Commission* (JBUSMC), sediada no Rio de Janeiro, e da *Joint-Brazil United States Defence Commission* (JBUSDC), sediada em Washington, em 1942. Essa aliança se deve muito à conjuntura mundial do período e à entrada dos EUA na guerra, pois o conflito mundial colocou as divergências entre os dois países em segundo plano (DAVIS, 1996, p. 32 e 33). Esperava-se que com ajuda estadunidense, o Brasil pudesse se desenvolver econômica e militarmente e se tornar a força dominante na América do Sul. Gradativamente a abordagem bilateral (Brasil-EUA) começaria a dar lugar a uma abordagem multilateral e internacionalista de uma estratégia de defesa conjunta do hemisfério, o que não agradava ao Brasil (DAVIS, 1996, p. 47). Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial um momento histórico singular chegara ao fim e os EUA estão dispostos a reorganizar a política de defesa do hemisfério com base em relações multilaterais. No entanto a manutenção da JBUSDC era importante para o Brasil, pois significava a consolidação de uma *relação especial* com os EUA (DAVIS, 1996, p. 51).

A América Latina foi relegada a um lugar de importância secundária, no contexto da Guerra Fria, pelos EUA, porque o centro das atenções dos EUA estava voltado em primeiro plano para a Europa e adicionalmente para a Ásia. Assim, o chamado Terceiro Mundo ficaria relegado a um segundo plano como fornecedor de matérias-primas. Os militares estadunidenses temiam que se os EUA não fornecessem equipamentos e armamentos para os países latino-americanos, estes últimos iriam buscar em outros lugares esse ajuda militar, o que prejudicaria as relações que os EUA já haviam construído durante a Segunda Guerra Mundial com a maioria desses países e poderia afetar a sua hegemonia no continente (DAVIS, 1996, p. 85). Ainda assim, os objetivos dos programas de ajuda e assistência militar dos EUA para os países latino-americanos eram essencialmente políticos, pois não era do interesse dos EUA que os países latino-americanos se armassem. Afinal esse poderio poderia ser utilizado contra seus vizinhos e no caso de uma invasão soviética ao hemisfério ocidental seriam os EUA que deveriam defender o hemisfério (FERRAZ, 1997, p. 117). A Guerra da Coreia (1950-1953) deixou claro que os EUA tinham limitada influência sobre os países latino-americanos, já que seu requerimento de tropas latino-americanas para lutar junto com as tropas estadunidenses na Coreia não foi atendido pelos países latino-americanos, que estavam mais preocupados em desenvolver-se economicamente e militarmente (DAVIS, 1996, p. 120). O Brasil não enviou tropas para a Coreia, principalmente porque não chegou a um acordo econômico com os EUA, que era de fundamental importância para o país.

A decisão de não enviar tropas para a Coreia, mas de assinar um acordo de assistência militar com os EUA em março de 1952, pode ser vista como uma tentativa de manter a unidade da instituição militar brasileira, devido às diferentes tendências pró e contra os EUA no corpo de militares brasileiros. Portanto, os interesses nacionais foram os motivos que levaram a assinatura de um acordo militar com os EUA, o mesmo motivo que havia levado a aproximação entre os dois países na década anterior. Todavia ainda havia militares que discordavam ou duvidam da necessidade de tal acordo (DAVIS, 1996, p. 135). Esse acordo durou até 1977 quando foi denunciado pelo governo Geisel, assunto que voltaremos mais adiante. Mas antes que possamos discorrer sobre a denúncia do acordo militar, devemos tratar de outro assunto importante para compreendermos os desentendimentos entre o governo Carter e o governo Geisel: o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental.

### **O Acordo Nuclear Brasil-RFA e a Eleição de Jimmy Carter nos EUA**

O Brasil cresceu a passos largos durante o governo Médici (o milagre econômico brasileiro, como ficou conhecido), isso fez com que o Brasil precisasse cada vez mais de uma produção de energia que pudesse sustentar esse desenvolvimento. A questão energética era importante para o governo Geisel, já que as reservas de petróleo (naquela época) e carvão eram limitadas e a energia hidráulica não poderia ser a única solução. O Brasil deveria desenvolver energia nuclear (CASTRO; D'ARAUJO, 1998, p. 304). A opção da energia nuclear se tornou realidade com a concretização do Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental em 1975. O chanceler Azeredo da Silveira afirma que esse acordo com a Alemanha foi responsabilidade dos EUA, pois o Brasil havia assinado em 1972 com os EUA um acordo para o uso pacífico da energia nuclear. Segundo esse acordo, os EUA iriam fornecer o material físsil, isto é, o urânio enriquecido, necessário para o funcionamento das usinas nucleares. Entretanto a Comissão de Energia Nuclear dos EUA destinou o material físsil, que deveria ser vendido ao Brasil, para outros países considerados mais importantes e o Brasil ficou em uma lista de espera para a compra do urânio enriquecido (SPEKTOR, 2010, p. 154). Isso fez com que o Brasil buscasse outras alternativas:

Quando os Estados Unidos negaram-se a cumprir a palavra de manter o Brasil como um cliente firme no acesso à matéria físsil, nunca mais abandonaram essa posição. Esse drama se deu lá pelos fins de 1974, princípios de 1975. Então, saímos atrás de

um sócio porque íamos ficar com um arcabouço de um investimento sem desdobramento... [O Brasil já havia construído a usina de Angra I]

Os americanos nunca mais voltaram atrás. Até hoje. Eles erram tanto, são tão incapazes de ver seus erros... Eles poderiam ter vindo aqui e dito: “Nós nos enganamos, os contratos com vocês são firmes. Vamos modificar isso. Vocês vão ter acesso ao material físsil americano.” Mas não fizeram isso. Essa teria sido a melhor maneira de impedir que o Brasil buscasse novos sócios. Aí nos demos conta, dentro do governo, de que não adiantava nada ter contrato de fornecimento, que tínhamos de fazer o próprio combustível que precisávamos ter, principalmente diante das possibilidades de descoberta de urânio no país (SPEKTOR, 2010, p. 156 e 157).

Destarte, o Brasil assinou em 1975 com a RFA o maior acordo de transferência de tecnologia nuclear entre um país do Primeiro Mundo e outro do Terceiro Mundo. Isso incluía a transferência de tecnologia para o enriquecimento de urânio e reprocessamento do lixo nuclear. Geisel considerava inadmissível que um país da importância e do tamanho do Brasil tivesse de ficar na dependência de outros países em termos energéticos, por isso defendia o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins energéticos (CASTRO; D’AJARUJO, 1998, p. 239). O primeiro choque do petróleo em 1973 colocou o Brasil e os EUA em caminho de colisão, já que o Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial tinha interesse em desenvolver energia nuclear, devido às vastas reservas de urânio do país e que com essa crise tornava premente o suprimento de energia, o que não agradava os EUA, já que o Brasil não era signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (DAVIS, 1996, p. 199). Assim, o acordo não era do agrado dos EUA, pois temiam que o Brasil desenvolvesse armas nucleares. Na fase inicial das conversações com a Alemanha Ocidental sobre o acordo nuclear, a pressão dos EUA foi formal e protocolar (GASPARI, 2004, p. 132) O governo Ford fez tênue oposição ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e lentamente se afastava das ditaduras militares da América Latina. O apoio a essas ditaduras era muito impopular nos EUA naquele momento (GASPARI, 2004, p. 371).

Mas esse cenário de moderada pressão dos EUA em torno do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental se modificou com a eleição de Jimmy Carter em 1976. Carter representava um rompimento com a Política Externa de seus predecessores republicanos, pois acreditava que os EUA deveriam ter uma postura mais condizente com sua história de luta pela liberdade e democracia. O respeito pelos Direitos Humanos e a não proliferação de armas nucleares entraram de vez na pauta da Política Externa estadunidense (HODGE; NOLAN, 2007). Assim que Carter assumiu a presidência em 1977 mandou o vice-presidente Walter Mondale para Bonn para pressionar a Alemanha Ocidental no acordo com o Brasil. Geisel estudava medidas para contrapor essa ingerência dos EUA nos assuntos brasileiros, cogitou mesmo defenestrar alguns militares estadunidenses da JBUSMC (GASPARI, 2004, 384). Os militares brasileiros ficaram perplexos com a guinada da Política Externa estadunidense, que no início havia apoiado a ditadura civil-militar brasileira e que com a eleição de Carter passara a denunciá-la, “a bandeira americana, que desde 1964 tremulava na direção do regime, tinha trocado de vento” (GASPARI, 2004, p. 374).

O governo Carter também fez pressão para que o Brasil respeitasse os Direitos Humanos e cessasse com a tortura de presos políticos. O assunto da violação dos Direitos Humanos no Brasil foi tido por Geisel como tendencioso por parte da imprensa estrangeira e da Anistia Internacional (que estava repleta de esquerdistas, segundo ele). Evidentemente esse era um assunto que irritava muito Geisel e os militares, justamente por terem a impressão de que o Brasil estava sendo escolhido como exemplo internacional (CASTRO; D’AJARUJO, 1998, p. 231). Para o Chanceler Azeredo da Silveira, a política de direitos humanos não era ruim, todavia os EUA deveriam apenas exaltar a prática dos direitos humanos e não impô-la ao resto do mundo. Afinal, os Estados Unidos tinham e têm muitos interesses estratégicos para propugnarem uma política idealista nesse sentido. Desse ponto de vista, entendia que os Estados Unidos não manteriam uma política de direitos humanos engajada em todo o mundo

se seus interesses estivessem em perigo (SPEKTOR, 2010, p. 179). Em outras palavras, ninguém pode ser contra política de direitos humanos dos EUA (pelos ideais que ela defende), todavia os EUA têm compromissos no mundo (devido a sua posição de superpotência), que os tornam suspeitos de tentar ser o juiz do mundo (SPEKTOR, 2010, p. 356). A pressão dos EUA sobre o Brasil para que respeitasse os Direitos Humanos foi tamanha, que o país denunciou o acordo militar com os EUA, em boa medida sob a alegação de que os EUA estavam interferindo em questões internas brasileiras.

### **A Denúncia do Acordo Militar e a Repercussão no Brasil**

Como já foi exposto anteriormente, a pressão da sociedade estadunidense contra a ditadura brasileira vinha em um crescendo desde o final dos anos 1960. O governo Carter trouxe essas pressões e reivindicações para dentro da Casa Branca. Ativistas dos direitos humanos como Brady Tyson e Andrew Young foram trazidos para atuar no governo, suas declarações refletiam o hiato cada vez maior entre o governo dos EUA e os generais brasileiros (GREEN, 2009, pág. 446). O governo Carter seguiu à risca a Emenda Harkin, que condicionava a ajuda econômica e militar dos EUA a outros países a um relatório sobre a situação interna dessas nações, ou seja, o estado dos Direitos Humanos das nações receptoras da ajuda (DAVIS, 1996, p. 203). O governo brasileiro ficou irritado ao saber desse dispositivo novo, que submetia a ajuda militar dos EUA a um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil – e pior ainda esse relatório poderia ser publicado pelo Congresso dos EUA – o que causaria repercussão nos meios internacionais e no Brasil também. O presidente Geisel considerava essa questão dos Direitos Humanos um assunto interno brasileiro e de competência apenas do governo brasileiro:

Com a história dos direitos humanos, surgiam pelo mundo afora organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional, que começavam a querer influir nesses problemas. O Senado americano resolveu então estabelecer que todo o auxílio que o governo americano prestasse na área militar dependeria de uma prévia apresentação da situação dos direitos humanos no país interessado. O Senado americano passava a ser juiz para decidir se o Brasil podia ou não receber os recursos previstos no Acordo Militar. Era uma intromissão dos Estados Unidos na nossa vida interna, à margem das cláusulas do acordo. Quando assinamos o acordo não havia nenhuma cláusula que fizesse sua execução depender da aprovação do Senado americano relativamente à situação interna do Brasil. Da mesma forma, o Brasil nunca se arrogou o direito de examinar a situação interna dos Estados Unidos, com o problema dos negros, dos porto-riquenhos, dos índios, etc. Nunca nos preocupamos com isso. Era uma Questão de independência, de autonomia nacional. Eu não aceitei a exigência do Senado americano e resolvi renunciar o Acordo Militar. Aliás, por cláusula do próprio acordo, ele, depois de um certo número de anos, podia ser denunciado (CASTRO; D'ARAUJO, 1998, p. 349 e 350).

Dessa forma, percebemos que o catalisador para a denúncia do acordo militar foi a pressão dos EUA em torno da questão dos Direitos Humanos (GASPARI, 2004, p. 385). Pode-se aceitar a hipótese de que a denúncia tenha sido uma represália aos EUA pela pressão que faziam sob o Acordo Nuclear com a Alemanha, mas dificilmente pode-se considerar a denúncia como uma mera represália, ainda que possa haver aparentado como tal. Dessa forma, o acordo foi denunciado em março de 1977, como o próprio acordo previa que ele poderia ser denunciado por uma das partes, ele continuaria em vigor por um ano após sua denúncia.

Alguns dispositivos de cooperação militar foram mantidos entre os dois países, todavia o acordo não era de grande importância naquele momento, pois nem o Brasil nem os EUA estavam ameaçados pela URSS e o Brasil já produzia boa parte de seus armamentos. Ainda assim, houve uma repercussão importante na mídia, pois era um ato de hostilidade para com os EUA, já que “nunca um presidente brasileiro praticara tamanho ato de hostilidade contra

os Estados Unidos” (GASPARI, 2004, p. 387). Depois do fim do Acordo as relações entre militares dos dois países continuaram sólidas e o Brasil continuou ligado aos EUA em termos de defesa do hemisfério e formação de oficiais, todavia as relações de governo para governo sofreram desgaste durante o governo Carter (DAVIS, 1996, p. 204). A denúncia do acordo foi salutar para o brio brasileiro, especialmente das Forças Armadas, que passaram a impressão de maior independência e soberania. A denúncia do acordo militar foi mais simbólica do que qualquer outra coisa (SPEKTOR, 2010, p. 177 e 178). O rompimento do acordo militar foi assim essencialmente simbólico e colocou a oposição ao governo ditatorial em uma situação paradoxal, pois o governo que foi tantas vezes acusado de subserviência aos interesses estadunidenses, agora assumia uma postura contrária a política de Washington (GREEN, 2009, p. 448 e 449).

Ainda que as relações militares entre Brasil e EUA permanecessem cordiais, eram bem diferentes das relações de décadas anteriores. Em 1977 o Acordo Militar já não funcionava da mesma forma que em anos anteriores, pois havia perdido muito de sua importância, portanto não foi tão impactante a sua denúncia para as relações entre os dois países. Os dois países tiveram de se adaptar à nova realidade internacional e nacional de cada nação. Dessa maneira, as relações militares não foram completamente rompidas, mas apenas se adaptaram a uma nova conjuntura, em que a influência estadunidense no Brasil já não era a mesma do final da Segunda Guerra Mundial. O presidente Carter visitou o Brasil em 1978, em meio às desconfianças entre os dois governos. A visita de Carter ao Brasil em 1978 não foi um fracasso, pois o presidente dos EUA conseguiu administrar as tensões com os militares brasileiros, enfatizando novamente os Direitos Humanos e a política de não proliferação de armas nucleares (GREEN, 2009, p. 464). Ainda assim, a questão dos direitos humanos e a pressão da Anistia Internacional e dos EUA irritaram muito o presidente Geisel. Para ele, os brasileiros sabiam cuidar de seus problemas. Acrescentava ainda que os Estados Unidos eram hipócritas ao exigirem do Brasil que respeitasse os direitos humanos, pois nem os EUA fizeram isso ao longo de sua história. Entendia que exigir isso do Brasil era uma interferência nos assuntos internos da Nação. O presidente Carter em conversa com Geisel chegou a sugerir se o Brasil não queria assinar um novo acordo militar. Geisel respondeu que apenas se o acordo não estivesse sujeito à interferência do Senado estadunidense e isento de cláusulas a respeito de questões internas do Brasil (leia-se Direitos Humanos). Certamente havia uma pressão enorme da sociedade estadunidense na questão dos direitos humanos. Essa política não era meramente um capricho do governo Carter, mas pressão da opinião pública estadunidense (CASTRO; D'ARAUJO, 1998, p. 352).

O Chanceler Azeredo da Silveira partiu para o ataque na questão dos direitos humanos, não os identificando apenas como liberdades civis, mas como direitos econômicos e sociais dos quais os indivíduos devem dispor, exortando assim os EUA a fornecerem ajuda econômica para o desenvolvimento brasileiro (GASPARI, 2004, p. 390). Os EUA passaram a entender e a respeitar a posição de não alinhamento automático do Brasil. Isso representou uma mudança na Política Externa no governo Carter, de um momento inicial de maior fricção com o Brasil (sendo o ano de 1977 o mais complicado para as relações entre os dois países) para um momento de maior relaxamento no final do mandato do presidente estadunidense (SPEKTOR, 2010, p. 359).

### **Conclusão**

Dessa forma, pode-se perceber como as relações com os EUA foram (e são) importantes para o Brasil, afinal os EUA foram durante muitos anos aliados próximos do Brasil e seu principal parceiro comercial até muito recentemente. As relações militares entre os dois países, que se consolidaram durante a Segunda Guerra Mundial quando o Brasil enviou tropas para lutar na Europa, foram muito íntimas e muitos oficiais brasileiros fizeram

cursos em escolas de treinamento nos EUA. O acordo de cooperação militar com os EUA, firmado em 1952, reforça essa percepção de uma aliança militar entre os EUA e o Brasil. Todavia, as relações entre os dois países nunca foram desprovidas de atritos e divergências, sendo maiores em alguns momentos e menores em outros. O Brasil e os EUA cooperaram em várias ocasiões, mas também divergiram em muitas oportunidades, especialmente à medida que as relações entre os dois países se tornaram menos simbióticas, devido ao próprio desenvolvimento militar e econômico brasileiro ao longo da segunda metade do século XX (DAVIS, 1996, p. 213).

O Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental foi um passo ousado na tentativa de desenvolver o país e reduzir a dependência externa, mas acabou se mostrando menos rentável e produtivo do que era esperado, pois o Brasil possui enorme potencial hidrelétrico. A eleição de Carter nos EUA provocou divergências com o Brasil devido a sua política de Direitos Humanos e de não-proliferação de armas nucleares. O governo Geisel não se sujeitou a tais pressões do governo estadunidense e as relações entre os dois países se agravaram, culminando com a denúncia do acordo militar em março de 1977. Uma atitude de hostilidade para com os EUA, certamente.

É um erro pensar que a aliança militar entre Brasil e os EUA tivesse proeminência sobre interesses nacionais e institucionais de cada país, isso explica o pragmatismo e os atritos dentro da aliança militar. A capacidade dos militares estadunidenses influenciarem os militares brasileiros e incentivarem a sua participação na política de acordo com os interesses estadunidenses era limitada, afinal muitos oficiais brasileiros compartilhavam dos pontos de vistas de oficiais estadunidenses sem a influência dos últimos. Dessa forma, os militares estadunidenses que ensinavam e davam cursos no Brasil falavam para um público militar, em grande parte, já adepto de muitas idéias expostas. O Brasil e os militares brasileiros evoluíram ao longo do pós-guerra e se distanciaram mais dos EUA, dependendo cada vez menos daquele país no suprimento de armamentos e treinamento, ainda que a relação entre as Forças Armadas dos dois países continuasse íntima. Em 1977, a modernização do Brasil e de suas Forças Armadas tornou possível a denúncia do Acordo Militar, sem maiores perturbações, ainda que sua repercussão interna dessa denúncia precise ser mais bem debatida e avaliada.

### Referências

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations (1945-1977)*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

FERRAZ, Francisco César Alvez. *À Sombra dos Carvalhos: escola superior de guerra e política no Brasil (1948-1955)*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GREEN, James N. *Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HODGE, Carl C.; NOLAN, Cathal J. *U.S. Presidents and Foreign Policy: from 1789 to the present*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2007.

SPEKTOR, Matias (Org.). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

STUMPF, André Gustavo; PEREIRA FILHO, Merval. *A Segunda Guerra: sucessão de Geisel*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.